

**Título do trabalho:** Distintas Leituras da História do Pensamento Econômico – Marshall x Sraffa

**Autora:** Juliana Nascimento da Silva

**Resumo:** Tendo a História do Pensamento Econômico como questão, o artigo preocupa-se em tentar entender por que existem distintas leituras da HPE. Nesse intuito serão apresentadas as leituras de HPE de Alfred Marshall, representando a visão de continuidade entre o pensamento clássico e o neoclássico, e de Piero Sraffa, representando a visão de ruptura entre eles. Por fim, procederemos a uma avaliação crítica das leituras apresentadas.

**Palavras-chave:** História do Pensamento Econômico, Alfred Marshall, Piero Sraffa

**Abstract:** Considering the History of Economic Thought as an issue, this article was written in order to try to understand the different readings of HET. To this intent Alfred Marshall's reading of HET will be presented, representing the view of the continuity between classical and neoclassical thought, and Piero Sraffa's, representing the view of rupture between them. Finally, a critical assessment of these readings will be conducted.

**Keywords:** History of Economic Thought, Alfred Marshall, Piero Sraffa

**Área:** 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

**Subárea:** 1.2 – História do Pensamento Econômico

**Classificação JEL:** B12, B13, B24, B31

**Artigo submetido às Sessões Ordinárias**

### Introdução

A suposição inicial deste trabalho é de que a História do Pensamento Econômico (HPE) pode ser contada de diversas formas, a depender da *perspectiva*, e é exatamente aí que se encontra a explicação para leituras completamente distintas sobre o(s) caminho(s) trilhado(s) pela ciência econômica. Nesse sentido, o desafio que vem à tona é investigar quais são essas possíveis abordagens e, ainda, sobre que critérios analíticos, filosóficos e/ou epistemológicos elas se sustentam.

A hipótese central deste artigo, portanto, é de que existem distintas leituras de HPE porque estas leituras baseiam-se em distintos critérios, e é na explicitação e explicação destes que pretendemos nos concentrar. Como resultado, espera-se encontrar uma relação orgânica entre a forma de ler a história do pensamento econômico e a concepção que se tem a respeito de qual é o objeto da ciência econômica.

A ideia aqui é resgatar na literatura correspondente leituras que enfatizam alguma espécie de convergência teórica entre o pensamento dos economistas clássicos e o dos neoclássicos e, ao contrário, aquelas que sublinham uma ruptura entre eles. Apresentaremos uma visão de cada “bloco” (ruptura ou continuidade). Alfred Marshall (1842-1924) será destacado como representante da leitura da continuidade e Piero Sraffa (1898-1983) como representante da leitura da ruptura.

Apesar de o termo “neoclássico” ter sido cunhado por Veblen<sup>2</sup>, é Marshall quem funda a economia neoclássica no sentido que ele próprio atribui ao termo: a combinação de clássicos e marginalistas. Ele claramente coloca o pensamento neoclássico como um avanço em relação ao pensamento clássico através da incorporação do marginalismo, como veremos adiante. Já Sraffa, que foi inicialmente discípulo da tradição marshalliana, em seu processo de estudo termina por encontrar uma incompatibilidade fundamental entre o pensamento clássico e o neoclássico, o que faz com que rompa com a noção de continuidade trazida por Marshall e com a ideia de que o pensamento neoclássico representa um avanço em relação ao pensamento clássico.

É importante notar ainda que há diferenças entre os economistas considerados clássicos e neoclássicos por Marshall e Sraffa. Para Marshall<sup>3</sup>, clássicos são os autores da Economia Política Inglesa, de Adam Smith a John Stuart Mill, passando por David Ricardo. Já a economia neoclássica

---

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGE-UFF e professora da Universidade Castelo Branco e do IBMEC.

<sup>2</sup> Thorstein Veblen (1857-1929), economista e sociólogo americano considerado o fundador da escola institucionalista de economia, ao lado de John Commons e de Wesley Mitchell.

<sup>3</sup> Ver Mattos (2010b, p.1) e Malta (2005, p.12)

pode ser vista como o marginalismo com um reconhecimento sensato da contribuição remanescente da Escola Clássica. Esse pensamento parece sintetizar bem o que Marshall compreendia por neoclássicos, como já adiantamos anteriormente: aqueles que, seguindo sua trajetória, combinam clássicos e marginalistas.<sup>4</sup> Para Sraffa<sup>5</sup>, no entanto, os economistas clássicos são aqueles que adotam o que ficará conhecida como abordagem do excedente, desde William Petty, Cantillon, passando pelos fisiocratas, Adam Smith, David Ricardo até Marx.<sup>6</sup> Os economistas neoclássicos são aqueles que adotam o método marginalista para determinação do valor e distribuição. Ao longo do texto estas considerações ficarão mais claras.

## **I – Marshall e a visão tradicional de HPE**

Nesta seção pretendemos abordar a visão de HPE de Alfred Marshall, um dos economistas mais influentes na academia inglesa entre o final do século XIX e início do século XX.

A leitura de Marshall sobre a história do pensamento econômico não é propriamente objeto de um dos seus trabalhos de maior fôlego, mas aparece circunscrita em toda sua produção intelectual, expressando-se muito mais na totalidade de sua obra do que em um texto específico. Entretanto, alguns apêndices de seus *Princípios de Economia (Principles of Economics)* – principalmente o apêndice B (O Desenvolvimento da Ciência Econômica) e o apêndice I (A Teoria do Valor de Ricardo) – e os trabalhos de alguns comentadores são de grande valia para este estudo.

### **I.1 – Marshall e o estudo da economia**

Marshall inicia os seus *Princípios* com uma breve caracterização e um rápido histórico do sistema baseado na livre iniciativa que passou a organizar a vida social a partir do final do século XVIII. Em sua caracterização desse sistema de liberdade econômica, a fim de distingui-lo dos demais, destaca alguns traços de caráter dos indivíduos que o compunham. No entanto, as características que escolheu enfatizar não foram as mesmas escolhidas por seus contemporâneos, como o auto-interesse e a competição. Marshall até admitia que um aumento tanto de um como da outra acompanhou o surgimento e consolidação desse sistema, mas de forma alguma entendia que estes eram os elementos constitutivos dessa ordem. Para ele, era a deliberação e não o interesse o motor do sistema, a característica da era moderna.

---

<sup>4</sup> Marshall não parece achar lugar para Marx entre os teóricos da economia.

<sup>5</sup> Ver Malta (2005), capítulo I.

<sup>6</sup> Tolipan (1979) chama atenção para o fato de que Marx assume uma identidade entre a quantidade do trabalho assalariado de Ricardo e sua quantidade de trabalho abstrato, mas que são conceitos diferentes. Ele quer dizer que considerar Marx entre os teóricos da abordagem do excedente não é uma posição consensual.

Marshall acreditava que as atividades econômicas moldavam o caráter, o desejo e as necessidades dos homens, por isso o seu interesse em estudar economia. Seu principal objetivo era encontrar meios de aprimorar o caráter humano através da melhoria na sua condição material e de trabalho. Assim, a grande motivação do autor em relação à economia derivava, acima de tudo, do fato de esta ser para ele não só um estudo sobre a riqueza, mas uma parte do estudo do homem. (MATTOS, 2010a)

O apreço que Marshall nutria pelo sistema de liberdade econômica era decorrente da confiança de que, além de gerar um enorme crescimento da riqueza, ele cumpriria o importante papel de aprimorar os homens. A ideia era de que, ao ir se consolidando, o sistema de livre iniciativa engendraria nos homens várias características desejáveis, como energia de caráter, racionalidade, iniciativa, frugalidade, empenho e condutas honradas (PARSONS apud MATTOS, 2010a). O progresso da natureza humana é, para Marshall, o núcleo do objetivo maior da investigação econômica.

## **I.2 – A leitura da História do Pensamento Econômico feita por Marshall**

Como o próprio autor indica, o apêndice B de seus *Princípios* constitui um curto esboço sobre o desenvolvimento da ciência econômica que não pretende ser uma história sistemática, mas somente indicar alguns dos caminhos que o pensamento econômico percorreu para chegar até ali.

À primeira vista, Marshall parece enxergar o eixo do desenvolvimento dessa ciência na teorização sobre os benefícios da liberdade econômica. Vejamos algumas passagens:

A primeira tentativa sistemática de formar uma ciência econômica sobre uma base firme teve lugar na França, em meados do século XVIII, levada a efeito por um grupo de estadistas e filósofos sob a liderança de Quesnay (...). Foram eles os primeiros a proclamar a doutrina da liberdade de comércio, ou livre câmbio, como um largo princípio de ação (...) (MARSHALL, 1985 [1890]: 335)

O próximo grande passo avante, o maior dado pela Economia, não foi obra de uma escola, mas de um indivíduo. Adam Smith não foi, é certo, o único grande economista inglês de seu tempo. (...) Mas a largueza de Adam Smith foi bastante para abarcar tudo o que havia de melhor entre os seus contemporâneos, franceses ou ingleses (...) E uma vez que foi o primeiro a escrever sobre a riqueza em todos os seus principais aspectos sociais, é o único nesse campo que pode ter direito a ser considerado como o fundador da Economia moderna. (...) Ele desenvolveu a doutrina fisiocrática da liberdade de comércio com tanta sabedoria prática e com tal conhecimento das condições reais dos negócios que a tornou uma grande força na vida real, e ficou amplamente conhecido aqui e no estrangeiro pela sua afirmação de que o Governo geralmente faz mal em interferir no comércio. (MARSHALL, 1985 [1890]: 336)

Entretanto, em momento posterior ele afirma que a doutrina da liberdade de comércio não foi a principal contribuição de Smith, e sim encontrar na **teoria do valor** um centro que deu unidade à ciência econômica.

(...) ele [Smith] foi o primeiro a realizar uma investigação meticulosa e científica sobre a maneira pela qual o valor mede as motivações da ação humana, medindo, de um lado, o desejo dos compradores de obterem bens, e, de outro, os esforços e sacrifícios (ou “Custo Real de Produção”<sup>7</sup>) dos que os produziram. (MARSHALL, 1985 [1890]: 337)

Nesse sentido, Marshall sustenta em seguida que, em última análise, o mais influente dos sucessores imediatos de Smith foi Bentham, cuja influência levou ao estudo das tendências da ação do homem.

E os discípulos de Bentham não tardaram a concluir que não precisavam preocupar-se muito com o costume. Era suficiente para eles discutir as tendências da ação do homem, na suposição de que cada um estava sempre alerta para achar o caminho que melhor servisse aos seus interesses, e que era livre e presto para segui-lo.” (MARSHALL, 1985 [1890]: 338)

O que Marshall tenta argumentar é que o tema da natureza humana tornava-se cada vez mais presente na economia, primeiro sem uma preocupação em estudar suas variações, mas depois, parcialmente devido à influência dos estudos biológicos posteriores, com uma crescente tendência a levar em conta a flexibilidade da natureza humana.

Por fim as especulações da Biologia deram um largo passo à frente: suas descobertas fascinaram a atenção do mundo como a dos físicos em anos passados; verificava-se uma marcante mudança de tom nas ciências morais e históricas. A Economia participou do movimento geral, e cada ano foi dando mais atenção à plasticidade da natureza humana e ao modo pelo qual o caráter do homem influi nos métodos existentes de produção, distribuição e consumo da riqueza, e é por eles afetado. A primeira indicação importante do novo movimento apareceu no admirável livro de John Stuart Mill, *Principles of Political Economy*.

Os discípulos de Mill continuaram o seu afastamento da posição tomada pelos imediatos seguidores de Ricardo, e o elemento humano, distinto do mecânico, passou a tomar lugar cada vez mais preeminente na Economia. (MARSHALL, 1985 [1890]: 342)

Marshall ressalta que essa nova tendência aparece, acima de todos, nos trabalhos de Jevons, “que conquistaram um lugar permanente e notável na história da economia pela sua rara associação de muitas e variadas qualidades do mais alto nível” (MARSHALL, 1985 [1890]: 342)

Chama atenção ainda para o desenvolvimento da análise: “Assim, pois, em todos os sentidos o raciocínio econômico é hoje mais exato do que era: as premissas admitidas em qualquer

---

<sup>7</sup> Referências sobre a consideração do “custo real de produção” como esforços e sacrifícios serão feitas por Sraffa (Ver próxima seção).

investigação são estabelecidas com precisão mais rigorosa que antigamente.” (MARSHALL, 1985 [1890]: 343)

Os parágrafos anteriores descrevem, portanto, o “progresso” que Marshall enxergava na Inglaterra, mas que, como o próprio autor afirma, estendeu-se a todo mundo ocidental, embora tenha dado origem a controvérsias em alguns países, como na Alemanha, onde se enfatizava um tratamento mais histórico da ciência. Para ele, a economia caminhava para dar cada vez mais importância ao elemento humano.

Talvez tão importante quanto entender qual é o elemento central que guia o desenvolvimento da ciência seja perceber que, para Marshall, o conhecimento caminha por uma via de mão única, sempre em frente. Marshall estabelece a relação entre Ricardo e Jevons no apêndice I de seus *Princípios* por meio da noção de progresso contínuo da ciência, ou da defesa da ideia de que o autor posterior tornou mais claro ou mais explícito o que o anterior não explicou ou admitiu, mas já queria dizer de alguma forma. É também deste modo que ele estabelece a relação entre seus predecessores e ele próprio.

Uma passagem dos *Princípios* que demonstra esta ideia e que foi astutamente selecionada por Argyrous (1990) é quando Marshall aponta a estreiteza do foco de Ricardo na discussão da renda. Marshall argumenta que a afirmação de Ricardo de que a renda não entra nos custos de produção é limitada (mas não errada) à instância em que apenas a agricultura é analisada.

Concluimos então que a doutrina de que a renda não entra no custo de produção aplica-se somente à agricultura quando cuidadosamente limitada, e se Ricardo tivesse estudado as suas limitações com mais cuidado, ele provavelmente teria visto que não ficou nenhuma razão para restringir o seu âmbito à agricultura. (MARSHALL apud ARGYROUS, 1990: 533, tradução livre)

Outro argumento nesse sentido é que, para Marshall, a afirmativa de Ricardo de que o valor dependia do custo de produção foi apenas negligente ao não explicitar que fazia parte de uma doutrina mais vasta, cujo restante tentou explicar. Marshall tenta a todo custo mostrar a importância da utilidade em Ricardo, afirmando que este autor admitiu a utilidade como pressuposta porque sua influência é relativamente simples e que analisou o custo de produção porque sua influência era menos óbvia.<sup>8</sup>

Ele [Ricardo] estava com dificuldade em publicá-lo [os *Princípios*]; e se ao escrever ele tinha em vista alguns leitores, eles eram principalmente os estadistas e homens de negócios com

---

<sup>8</sup> Embora o objetivo aqui não seja especificamente criticar a leitura de Marshall sobre os escritos de Ricardo, nos parece que dizer que neste autor a utilidade seja “absolutamente essencial” para determinação do valor das mercadorias não só é anacrônico como injusto. O que Ricardo diz no capítulo I de seus *Princípios* é que só tem valor de troca aquilo que tem valor de uso (utilidade), tal qual Smith no final do capítulo IV de seu *Riqueza das Nações*, onde afirma que não é do valor de uso que vem o valor de troca das mercadorias.

quem se associou. Assim, ele propositadamente omitiu muitas coisas que eram necessárias para a completude lógica do seu argumento, mas que eles [os leitores]considerariam óbvio. (MARSHALL apud ARGYROUS, 1990: 533, tradução livre)

(...) o hábito de Ricardo de insistir desproporcionalmente no lado dos custos de produção ao analisar as causas que determinam o valor de troca causou prejuízo. Pois, embora ele e seus seguidores principais estivessem cientes de que as condições de demanda tinham um papel tão importante quanto o das condições de oferta na determinação do valor, eles não expressaram seu significado com clareza suficiente. (MARSHALL apud ARGYROUS, 1990: 534, tradução livre)

### **I.3 – O papel da obra de Marshall e seu legado para a HPE**

Os *Princípios de Economia Política* de John Stuart Mill dominaram a academia inglesa desde sua publicação em 1848. No início da década de 1870, entretanto, esta situação de confiança se alterava. O consenso em torno da obra de Mill começava a se quebrar e a Economia Política via-se sendo atacada por variadas frentes. Passou a haver uma enorme discordância entre os economistas, e fora do seu círculo o conceito desta ciência despencou. (MATTOS, 2010b)

Jevons, principal expoente na Inglaterra da frente teórica de questionamentos à Economia Política Clássica, postulava que se deveria adotar uma teoria subjetiva do valor, na qual este dependa inteiramente da utilidade. Esta proposição ia frontalmente contra a teoria do valor estabelecida, objetiva, e de acordo com a qual o valor de um bem dependia da quantidade de trabalho necessária para sua produção. Jevons afirmava ainda que para se chegar a uma teoria verdadeira seria necessário “(...) deixar de lado, de uma vez por todas, as suposições confusas e absurdas da Escola ricardiana” (JEVONS apud MATTOS, 2010b: 275). Em suma, queria construir a teoria econômica a partir do chão.

Marshall vivenciou de perto esse período de crise da Economia Política Clássica, mas sua atitude moderada e conciliadora em relação aos críticos permitiu a ele angariar os elementos necessários para forjar um novo consenso na disciplina e resgatar o prestígio da Economia.

Em seus *Princípios*, Marshall se valeu deliberadamente de um tom bastante diferente do discurso radical de Jevons, frisando sempre o aspecto de continuidade em relação à tradição anterior. Segundo ele, as novas teorias têm muito raramente subvertido as antigas, mas as tem completado, estendido e desenvolvido. Sobre a atitude de ruptura de Jevons, afirma que “ele induziu várias pessoas a acreditarem que ele estava corrigindo grandes erros, quando estava somente adicionando explicações muito importantes” (MARSHALL apud MATTOS, 2010b: 277)

Numa época em que as controvérsias sobre a teoria do valor dividiam os economistas, Marshall tentou reconciliar o princípio clássico do custo de produção com o princípio da utilidade, introduzindo sua famosa metáfora da “tesoura”, na qual utilidade e custo de produção constituiriam as suas lâminas e conjuntamente determinariam o valor.

A essência do projeto marshalliano foi tentar resgatar o programa de pesquisa da economia clássica, principalmente através do argumento de que as críticas de Jevons não só não destruíam a teoria anterior, como a alternativa proposta, a chamada “teoria marginalista”, não era incompatível com a teoria clássica.

Marshall, diferentemente de Jevons, não via o surgimento da teoria neoclássica como uma ruptura com a tradição clássica, mas sim um complemento necessário ao que havia de melhor na teoria econômica de Smith a Mill. Existe pouco espaço para a dúvida de que Marshall desejasse, tanto quanto Jevons, promover o conteúdo científico da economia e sua aceitação como disciplina autônoma no mundo acadêmico, mas, para ele, não era necessário renegar o legado dos clássicos para tal.

Argyrous (1990) afirma que é impressionante testemunhar o grau com que Marshall (pelo menos em seus trabalhos publicados) evita afirmar que os teóricos clássicos estavam errados. Em vez disso, qualifica diferenças entre sua própria teoria e a dos economistas clássicos como situações particulares, condições peculiares, ou casos isolados – como passagens da subseção anterior já tentaram demonstrar. Ainda de acordo com este autor, diferenças importantes foram banalizadas por Marshall numa tentativa de apresentar uma imagem de continuidade e, se esta foi uma estratégia consciente, há três possíveis motivos: 1) a avaliação de que a ideia de continuidade seria útil para o estabelecimento do marginalismo como paradigma; 2) a ideia de que a chance de estabelecer um *Tripós*<sup>9</sup> independente de economia em Cambridge seria maior caso se criasse uma imagem de continuidade na economia; 3) a tentativa de elevar o seu prestígio ao sugerir que as contribuições de Jevons e Walras não teriam sido tão importantes uma vez que os principais elementos da “nova economia” já se encontrariam na tradição anterior.

Independente de quais tenham sido suas motivações, o fato é que, apesar de mostrar simpatia ao projeto de se construir uma grande ciência social, concretamente Marshall reafirma a importância da ciência econômica *vis-à-vis* as pretensões de diluí-la na grande Sociologia. Ele foi o responsável por estabelecer o *Tripós* de Economia em Cambridge, tornando este curso independente daquele de Filosofia Moral, ao qual anteriormente era subordinado.<sup>10</sup> Com ele, tal ciência (a Economia) adquire o status de saber autônomo cientificamente qualificado, uma área repleta de conceitos não acessíveis aos não iniciados. (MACHADO, 2007; MATTOS, 2010b)

---

<sup>9</sup> Forma de organização das disciplinas na Universidade de Cambridge. Poderíamos dizer que é o que se conhece por “Cátedras”.

<sup>10</sup> Quando assumiu a cadeira de Economia Política em Cambridge, esta disciplina fazia parte do *Tripós* de Ciências Morais. Em 1870 este era constituído por Filosofia Moral, Psicologia e Economia Política. Marshall lutou para tornar a economia uma disciplina autônoma uma vez que, para ele, esta ciência estaria perdendo a contribuição de pessoas com mentes científicas, mas sem o gosto pela totalidade das Ciências Morais. Esta foi uma briga que Marshall abraçou com ardor, e seu esforço foi bem-sucedido, pois em 1903 viu finalmente o *Tripós* de Economia ser criado em Cambridge (MATTOS, 2010b; KEYNES, 1924)



Marshall representou um marco intelectual na história da moderna Economia. Todos os textos anteriores a ele referem-se à matéria tratando-a por “economia política” (*Political Economy*). Foi ele quem, no final do século XIX, abandonou esta expressão e trocou-a por “economia” (*Economics*) no título de sua mais importante obra, *Princípios de Economia* (*Principles of Economics*).

Sua visão sobre a HPE tem uma influência muito forte no desenvolvimento teórico posterior. Como exemplo, podemos citar um de seus mais ilustres discípulos, John Maynard Keynes, que escreve na primeira nota de rodapé da *Teoria Geral*, no capítulo I:

Os “economistas clássicos” é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na “escola clássica” os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill, Marshall, Edgeworth e o Prof. Pigou. (KEYNES, 1982 [1936]: 23)

Essa e outras passagens da *Teoria Geral* evidenciam a herança da tradição marshalliana da história do pensamento econômico, adepta da visão de que os neoclássicos nada mais são que uma evolução dos clássicos. A ideia é de que o estado atual da teoria é um aperfeiçoamento dos estágios anteriores.

Outro importante autor influenciado pela obra de Marshall no que tange à HPE foi Joseph Schumpeter. Apesar do economista austríaco reconhecer Walras como principal ícone da Revolução Marginalista, não tem como evitar a forte marca que Marshall deixou na academia na transição do século XIX para o século XX. Como já observamos, a própria definição de economia como um campo autônomo da ciência de forma institucionalmente aceita foi construída pelo inglês.

Schumpeter receberá a influência de Marshall, porém não sem criticá-lo. Em sua visão de HPE, apesar de compartilhar a noção de progresso contínuo de Marshall, destaca que o resultado principal da Revolução Marginalista foi superar a visão da Economia Política Clássica e não dar origem a uma síntese conciliadora entre clássicos e marginalistas.

O recorte de Schumpeter foi apresentado pelo mesmo da seguinte forma: a *história da análise econômica* se refere à história da “evolução” dos modelos analíticos de base para a teoria econômica; a *história dos sistemas de economia política* considera a sequência temporal dos conjuntos de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores; e finalmente a *história do pensamento econômico* seria a soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental, que correm pelo espírito público em determinado tempo e espaço. A sua perspectiva sustenta que a *história da*

*análise econômica* concentra o que é fundamental para o estudo da história da teoria, na medida em que é um recorte “limpo” das influências “ideológicas” presentes nas outras duas partes.<sup>11</sup>

Sua posição, portanto, é de que o trabalho frutífero estaria na *história da análise econômica*, onde a ruptura e superação teórica dos clássicos pelos marginalistas seria evidente. A teoria do valor trabalho clássica seria obsoleta e teria sido substituída pela teoria do valor utilidade.

## **II – Sraffa e a abertura para uma visão alternativa de HPE**

Nesta seção pretendemos tratar da mudança na visão de HPE de Piero Sraffa, passando de uma leitura de continuidade entre o pensamento clássico e o pensamento neoclássico, herdada de Marshall, para uma leitura de ruptura entre eles. Em especial, procuraremos entender como, apesar de ser um autor formado na tradição marshalliana, e sob influência de Keynes, Sraffa constrói sua crítica a esta formação e abre caminho para uma abordagem teórica alternativa da economia e da história do pensamento econômico.

Sraffa não publicou uma literatura muito extensa, apesar de ter escrito bastante. Prova disso são seus manuscritos não publicados mantidos na biblioteca do *Trinity College*, em Cambridge. O recente acesso a esses manuscritos tem enriquecido muito o material bibliográfico a partir do qual podem ser desenvolvidas pesquisas sobre a obra deste autor. Em especial, o texto *On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920s*, de Pierangelo Garegnani, publicado em 2005 no *The European Journal of the History of Economic Thought* e baseado nos manuscritos referidos, é de grande valia para o estudo aqui pretendido. A mudança na frente principal de pesquisa de Sraffa no final dos anos 1920 marcou definitivamente toda a sua obra e explica boa parte dos desdobramentos críticos de seu trabalho, em especial sua contribuição à leitura da história do pensamento econômico.

### **II.1 – O convite para Cambridge**

Sraffa cursou Direito na Universidade de Turim e lecionou por alguns anos em universidades italianas, mas viveu a maior parte da vida adulta em Cambridge, Inglaterra, para onde se mudou em 1927. O italiano conheceu John Maynard Keynes em uma viagem de estudos a Inglaterra, em 1921, por intermédio de um amigo de seu pai. Entre os idos de 1922 e 1926, os dois aprofundaram sua relação, e o economista inglês convidou e incentivou Sraffa a escrever e traduzir textos. Entre tais trabalhos destaca-se o artigo *Sobre a relação entre custo e quantidade produzida*, escrito em 1925, com apontamentos críticos em relação à teoria marshalliana dominante à época.

---

<sup>11</sup> Ver Schumpeter, 1954, p. 23, 64 e 65.

Este artigo ganhou uma versão em inglês, elaborada pelo próprio Sraffa, com a incorporação de algumas modificações em relação ao anterior, e foi publicado no *Economic Journal*, por indicação de Keynes, em 1926.

O artigo assegurou a Sraffa um lugar de destaque no círculo acadêmico de Cambridge e certamente motivou o convite que Keynes lhe fez para ministrar um curso de teoria do valor na universidade, em 1927.

## II.2 – Sobre o conteúdo dos artigos de 1925 e 1926

Das duas pernas da tesoura que definem o preço de equilíbrio marshalliano, o alvo do ataque de Sraffa foi a lei de rendimentos não proporcionais, princípio que fundamenta a curva de custo médio em U da qual se deriva a curva de oferta da firma competitiva. É esta última curva que o autor indica como o ponto obscuro da moderna **teoria do valor**.

Como explicam Tolipan e Guimarães (1982), uma primeira crítica formulada por Sraffa diz respeito à natureza híbrida do fundamento teórico da lei dos rendimentos não proporcionais, pois esta é construída a partir da fusão da lei de rendimentos decrescentes (desenvolvida no âmbito da teoria da renda da terra ricardiana) com a lei de rendimentos crescentes (própria da noção de divisão do trabalho smithiana) – ambas deslocadas de seu contexto original (distribuição e produção, respectivamente) e aplicadas à questão da formação dos preços. Nas leis dos rendimentos originais a ideia geral de uma relação funcional entre custos e quantidades produzidas não ocupou lugar de destaque.

A natureza desta primeira crítica mais geral é evidenciar que as propriedades geométricas desejadas da curva de oferta – sua simetria em relação à curva de demanda – comandam seu fundamento teórico. A crítica mais decisiva, no entanto, questiona a consistência de cada uma das referidas leis com outras características da análise marshalliana. Em resumo, Sraffa aponta que: a) a lei de rendimentos decrescentes é, no caso geral, incompatível com a análise de equilíbrio parcial; b) a lei de rendimentos crescentes, justificada a partir de economia internas à firma, é incompatível com a hipótese de concorrência perfeita; e c) a lei de rendimentos crescentes, justificada a partir de economias externas à firma, é, no caso geral, incompatível com a análise de equilíbrio parcial.

Sua análise crítica conclui pela proposta de retorno à análise clássica de formação de preços em concorrência, pois

(...) o esquema da oferta com custos variáveis não pode pretender ser um conceito geral aplicável a indústrias normais, mas apenas provar ser um instrumento útil somente no caso de indústrias excepcionais que satisfaçam razoavelmente as suas condições. Nos casos normais, o custo de produção de mercadorias produzidas em concorrência – e dado que não

estamos em condições de levar em consideração as causas que o possam aumentar ou diminuir – deve ser visto como constante com respeito a pequenas variações na quantidade produzida<sup>12</sup>. Assim sendo, como uma maneira simples de abordar o problema do valor em concorrência, a velha e agora obsoleta teoria que o considera dependente apenas do custo de produção continua sendo a melhor disponível. (SRAFFA, 1982 [1926]: 21-22)

Sraffa aponta dois caminhos alternativos que podem resultar de sua crítica à análise marshalliana: de um lado, assumir rendimentos constantes como única forma de reter a análise da concorrência, o que corresponde a retomar a análise clássica do valor, e, de outro, aceitar a evidência empírica e abrir mão da análise de concorrência perfeita. A versão do artigo de 1925 se esgota na primeira proposta. É na versão de 1926 que Sraffa introduz a segunda alternativa, cujo desenvolvimento constitui o que foi chamado de parte positiva do texto.

E é em especial nesta segunda parte do texto que notamos que, apesar das críticas apresentadas, Sraffa ainda aceita a determinação do preço pelo equilíbrio entre funções de oferta e demanda e, portanto, todo o aparato marginalista, mesmo que mais tarde venha a negar a possibilidade de considerar de forma consistente a influência da demanda no preço da mercadoria individual e, ainda, que tente expurgar os elementos subjetivos de “utilidade” e “desutilidade” desse aparato. Além disso, ao aceitar a interpretação marshalliana da “velha e obsoleta teoria” de Ricardo e dos economistas clássicos em termos de rendimentos constantes<sup>13</sup>, Sraffa implicitamente admite que Marshall progrediu teoricamente em relação aos clássicos.

### II.3 – Da investigação das *pre-lectures*

Entre os manuscritos de Sraffa depositados no *Trinity College* encontra-se um documento intitulado “Notes / London, Summer 1927 / Physical real costs, etc.”, cujo conteúdo, segundo Garegnani (2005), deixa poucas dúvidas de que se trata de anotações preparatórias para o curso de teoria do valor para o qual Sraffa foi convidado por Keynes a lecionar a partir de outubro de 1927, mas que só de fato iniciou em outubro de 1928.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> A ausência de causas que tendem a fazer com que o custo aumente ou diminua parece ser o modo mais óbvio e plausível pelo qual surgem custos constantes. Mas, como estes se constituem no mais perigoso inimigo da simetria entre a demanda e a oferta, os autores que aceitam esta doutrina para poderem relegar os custos constantes à categoria de casos teóricos limites, que na realidade não podem existir, persuadiram-se de que eles são algo extremamente complicado e improvável, pois “podem resultar apenas do equilíbrio acidental de duas tendências opostas: a tendência à diminuição do custo... e tendência ao aumento do custo...” (SRAFFA, 1982 [1926]: 21, nota de rodapé)

<sup>13</sup> A interpretação marshalliana dos clássicos diz que eles assumem a hipótese de rendimentos constantes, e é por isso que fazem o preço das mercadorias depender inteiramente dos custos de produção, mas que a existência de rendimentos constantes é um caso particular.

<sup>14</sup> As imensas dificuldades teóricas que Sraffa encontrou durante a preparação do curso levaram-no a solicitar ao *General Board* da Universidade de Cambridge dois adiamentos consecutivos para seu início, o primeiro para o período seguinte e o segundo para o ano acadêmico seguinte.

Uma análise atenta do documento citado (chamemo-lo de *pre-lectures*), comparando-o com as *lectures* de fato ministradas no período 1928-1931 e levando em conta outros manuscritos importantes do período, permite ver, segundo Garegnani (2005), a maturação de uma inflexão teórica, durante um período de alguns meses, entre o Sraffa dos artigos de 1925 e 1926, e um Sraffa que veio a redescobrir a posição dos velhos economistas clássicos, muito além da interpretação de Marshall que tinha até então seguido sobre a determinação dos preços e da distribuição.

Nas *pre-lectures*, Sraffa descreve a determinação dos preços pelo equilíbrio entre as funções de oferta e demanda como uma ideia de imensa importância científica e que tem o mérito de renunciar à noção primitiva (atribuída aos clássicos), de caráter filosófico, de que deveria haver uma causa última do valor, em favor de uma visão técnica, estando assim de acordo com o esquema geral de progressos da ciência. Sraffa argumenta que o conceito de equilíbrio cumpre seu papel de expurgar os elementos filosóficos da análise econômica de duas formas. A primeira era que, em relação às duas escolas conflitantes de “custo” e “utilidade”, o conceito teve “a grande vantagem prática de que, sendo em certa medida compatível com ambas [as escolas de pensamento] (uma vez que incorporava suas doutrinas), ele fechou a velha controvérsia e trouxe a teoria do valor de volta do campo da política para o da teoria econômica.”<sup>15</sup> (SRAFFA apud GAREGNANI, 2005: 456, tradução livre)

Sraffa, portanto, assim como Marshall, considerava que a noção neoclássica do equilíbrio entre funções de oferta e demanda de fato compatibilizava o pensamento clássico com o marginalista, representando assim um grande avanço científico.

A segunda forma em que o conceito de equilíbrio cumpre seu papel “purificador”, diz Sraffa, é o fato de que o retorno do campo da política para o campo da teoria econômica não foi apenas o resultado da reconciliação entre as duas escolas por meio da tesoura marshalliana. Foi também devido ao fato de que a noção de equilíbrio coloca como problema principal a ser resolvido pela teoria do valor não a questão das causas do valor das mercadorias como um todo, mas os determinantes do valor de um artigo considerado separadamente, e independente de todos os outros. O retorno para a ciência foi devido ao fato de que o equilíbrio marshalliano centra a atenção no mecanismo através do qual o preço das coisas, tais como botas ou velas, foi fixado e não, como tinha acontecido antes, na “causa do valor”, ou em “estimar a riqueza de uma nação” ou na “distribuição”.

---

<sup>15</sup> Aqui o autor se refere à teoria de que o trabalho é a causa última do valor e que, com Marx, leva a incitação política de que os trabalhadores deveriam se rebelar contra o capital.

Até então, Sraffa ainda pensava a questão da distribuição em termos de funções de demanda e oferta de fatores de produção, mas esta explicação da distribuição levantou sérias dificuldades em relação à posição global que Sraffa tinha alcançado nos artigos de 1925 e 1926.

O Sraffa das *pre-lectures* parece achar imprescindíveis para o avanço da teoria econômica tanto i) obter uma teoria da distribuição separada da análise que determina os preços das mercadorias individuais, quanto ii) expurgar os elementos considerados filosóficos da determinação dos preços.

Quanto à primeira, Sraffa se depara com uma condição que precisava ser satisfeita para que esta separação efetivamente estivesse presente na teoria marshalliana: a de que ocorressem apenas pequenas variações na quantidade produzida de uma mercadoria individual, a qual, além disso, não poderia usar proporções significativas da dotação total de qualquer dos fatores necessários para sua produção, pois variações na quantidade produzida de uma mercadoria individual não poderiam causar alterações significativas dos preços dos fatores. A conclusão é que o raciocínio só poderia ser feito com uma mercadoria de cada vez. Mesmo que pudesse atingir a todas as mercadorias por meio da sucessão de determinações de preços, jamais poderia ser utilizado para todas ou várias mercadorias ao mesmo tempo. No entanto, o problema do valor refere-se às mercadorias em geral, e não a uma mercadoria individual tomada isoladamente.

Quanto à segunda necessidade, percebeu que expurgar os elementos filosóficos da teoria significava também abrir mão de qualquer recurso à noção de utilidade para a determinação dos preços. No entanto, Sraffa nota nas *pre-lectures*, diz Garegnani (2005), que mesmo se supusermos que o preço de uma mercadoria é determinado exclusivamente pelos gastos na produção, isso não é suficiente para concluir que, em última instância, o preço é determinado pelos custos. Poderíamos apenas dizer que o preço da mercadoria é determinado pelas “condições de oferta”, isto é, por salários, juros e aluguéis que precisam ser pagos para sua produção, e que o preço de demanda não tem nada a ver com sua determinação. Mas isso não excluiria que pudéssemos ter uma teoria da distribuição que dissesse que salários, juros, etc, são apenas determinados pela utilidade de seus produtos (como um todo) ou por monopólio, ou qualquer outra teoria geral do valor. A diferença seria que a utilidade faria sua influência ser sentida através das condições de oferta dessa mercadoria, e não através de suas condições de demanda. Assim, aquele princípio filosófico tão explicitamente excluído da determinação dos valores pelo caminho do custo real, apareceria de novo no raciocínio, sem a necessidade de fazer qualquer recurso à demanda.

As dificuldades apresentadas tocam diretamente a tentativa de Sraffa de tirar a utilidade da teoria dos preços por meio da hipótese de retornos constantes, mas uma dificuldade mais geral e

radical, da qual as anteriores podem ser vistas como aspectos específicos, diz respeito à solidez dos alicerces sobre os quais todo o argumento repousa, ou seja, o método do equilíbrio parcial.

A hipótese de equilíbrio parcial – em última análise, o pressuposto de que não só os preços dos fatores, mas também os preços e quantidades de todas as outras mercadorias que não a considerada são dados – esvazia em muito o significado da curva de demanda, que dependeria em particular dos preços e quantidades das mercadorias substitutas. Estritamente falando, a curva seria transformada em uma constante e só poderia determinar um preço já implicitamente fixado ao assumir dado todo o resto do sistema.

Outra questão abordada nas *pre-lectures* é a distinção apontada por Sraffa entre os dois significados da teoria do valor. A diferença é essencialmente aquela subjacente ao contraste já visto anteriormente entre o problema do valor como visto pelos “economistas do passado”, e relativo a questões como a medição da riqueza nacional ou a sua distribuição, e o problema como visto pelos “economistas modernos”, que se concentram sim sobre a “técnica” de determinação de preços de produtos e fatores produtivos – o contraste sendo aquele, como Sraffa afirmou, um exemplo de como a ciência progrediu a partir de um ponto de vista “filosófico” para um ponto de vista “técnico”. Os problemas “do passado” de fato cobriam questões como se os custos ou a utilidade, ou ambos determinam os valores. Estes conceitos, diz Garegnani (2005), ainda presentes nas teorias contemporâneas a Sraffa, foram então vistos por ele como algo que tinha perdido importância real para o presente, e permaneceu apenas como um resquício da “noção primitiva”, em que se supunha haver uma causa última para o valor.

No entanto, depois de ter exposto os pressupostos em que se apóia o equilíbrio parcial, incluindo aquele que diz que todos os preços e quantidades das outras mercadorias são mantidos constantes, Sraffa conclui que para analisar como o equilíbrio geral é atingido, ou seja, para analisar as interações de uma mercadoria com as outras, como elas afetam as condições de produção e utilidades umas das outras, e como a remuneração de fatores comuns de produção é determinada – “então nosso ‘padrão último do valor’ é necessário.” (SRAFFA apud GAREGNANI, 2005: 463, tradução livre). Para Sraffa, o peso relativo foi agora claramente deslocado a favor do primeiro dos dois “significados” da teoria do valor, o do “padrão definitivo do valor”.

## **II.4 – O rompimento com a tradição marshalliana**

Em suas investigações sobre o tema do “padrão definitivo do valor”, ainda nas *pre-lectures*, Sraffa desenvolve os conceitos de “custos reais objetivos (físicos)” e “custos reais subjetivos (baseados na utilidade)” como elementos fundamentais de teorias do valor diferenciadas. Sraffa afirma, em uma passagem do manuscrito sob o título de *Evolução do conceito de custo*, que a

tendência [da evolução do conceito] tem sido a de custo deixar de significar os meios necessários para possibilitar a produção para significar o incentivo requerido para induzir alguém a superar o sacrifício envolvido na produção (SRAFFA apud GAREGNANI, 2005: 476). E ainda: “Isso [os conceitos de custos subjetivos e/ou utilidade como padrões finais] foi um enorme rompimento com a tradição da Economia Política; na verdade, isso significou a destruição da Economia Política Clássica e sua substituição, sob o antigo nome, pelo cálculo de prazer e dor. [...]” (SRAFFA apud GAREGNANI, 2005: 476, tradução livre)

Sraffa afirma que o conceito de “custos subjetivos” é uma violação da tradição da Economia Política. E então estava finalmente convencido de que havia uma grande ruptura teórica entre o pensamento clássico e aquele cunhado a partir da suposta síntese de Marshall.

Os manuscritos das *lectures* demonstram que o objetivo aparente da primeira parte das aulas era mostrar a inconsistência do compromisso de Marshall com um duplo “padrão definitivo de valor”: a utilidade, por um lado, e os custos na forma de esforços e sacrifícios, por outro, onde, em equilíbrio, os dois teriam de ser iguais. Em suas aulas Sraffa argumenta que a noção de custos foi desenvolvida pelos economistas clássicos como um conceito completamente diferente, objetivo, referindo-se à subsistência dos trabalhadores e aos outros meios materiais da produção. Estes custos objetivos não teriam sido comensuráveis com a utilidade como “padrão definitivo de valor”, posteriormente desenvolvido em contraste com os custos clássicos. Para a comensurabilidade logicamente necessária, o compromisso marshalliano teve, portanto, que se referir a custos subjetivos, entendidos como o incentivo necessário para induzir os proprietários a permitir que seus recursos sejam utilizados na produção. Se isso faz os custos comensuráveis com a utilidade, também os transforma, argumenta Sraffa, em nada mais do que a utilidade negativa dos usos alternativos que são abandonados a fim de utilizar os recursos na produção em questão. O compromisso marshalliano com um duplo “padrão definitivo de valor” não é cumprido, uma vez que, de fato, deixa a utilidade como único “padrão definitivo do valor”. A alternativa real encontrada por Sraffa em relação à causa última do valor é, portanto, entre a utilidade, por um lado, e os custos objetivos clássicos por outro. (GAREGNANI, 2005: 477-478)

A posição inicial de Sraffa nas *pre-lectures* era de excluir da teoria econômica a questão das “causas do valor”, sejam custos ou utilidade, considerando-a uma questão primitiva, de natureza político-filosófica e não científica, em favor de uma teoria do valor baseada em uma noção de equilíbrio independente dessa questão. Já nas *lectures* de fato, em vez disso, na primeira parte a discussão se dá dentro do quadro trazido pelas duas “causas do valor”, isto é, ela é centrada justamente no aspecto que o Sraffa anterior pretendia expurgar. A visão das *lectures* é de que existem duas teorias do valor alternativas, distinguidas de acordo com a respectiva ideia das causas



do valor, utilidade ou custos, sendo este último agora mais precisamente definido no sentido objetivo atribuído aos clássicos.

É sobretudo por conta da concepção de custos reais físicos que surge a noção de excedente. Esta, que está completamente ausente nas *pre-lectures*, é introduzida nas *lectures* de forma muito concisa, mas com grande clareza conceitual, como parte da concepção objetiva de custos:

Esta visão [de salários como subsistência necessária para os trabalhadores e não como incentivo para o "sacrifício" de trabalhar] conduz a uma concepção de salários no processo produtivo: eles vêm, assim, a ser identificados com o capital ou pelo menos com uma parte importante do capital. Lucros (e renda, é claro) são uma parte do produto e, precisamente, **o excesso do produto sobre o estoque inicial**. (SRAFFA apud GAREGNANI, 2005: 479, grifos nossos, tradução livre)

A noção de custos objetivos a que Sraffa chegou não poderia deixar de ter implicações drásticas para sua interpretação dos autores clássicos em cujo trabalho (em particular o dos fisiocratas) a ideia geral de custos claramente teve a sua origem. Sraffa aceitara a interpretação marshalliana de Ricardo e dos economistas clássicos em termos de retornos constantes e de equilíbrio entre demanda e oferta. A descoberta de que os “custos reais físicos” implicam uma determinação dos preços relativos que não introduz quaisquer funções de demanda e oferta não poderia deixar de revolucionar sua interpretação desses autores, revelando uma teoria dos preços relativos e distribuição mais radicalmente alternativa à dominante do que Sraffa tinha até então suposto.

Este processo é o mesmo pelo qual Sraffa identifica o que trabalhará como objeto principal da teoria econômica: a reprodução da vida material por meio de produtos físicos, ou seja, a produção de mercadorias por meio de mercadorias.

Embora ainda não pudesse apresentar nas *lectures* de 1928 a 1931, de forma consistente, todas essas importantes questões com que se deparou no decorrer de sua preparação, esse processo é marcante em sua trajetória intelectual, abrindo espaço para um caminho de pesquisa que Sraffa trilharia a partir de então: a construção de um arcabouço teórico que tratasse a questão do valor de forma independente da distribuição, e que tivesse como referência uma concepção objetiva do valor.

## II.5 – Uma nova abordagem para a HPE

Em 1931, a *Royal Society* decide contratar Sraffa como responsável pela edição das obras completas de David Ricardo. A tarefa realizada por Sraffa nos *Works* é de fato primorosa. Através de um trabalho minucioso de investigação detalhada do material bibliográfico disponível, incluindo

trabalhos publicados, cartas, conferências, discursos e palestras, procurando sempre preservar sua autenticidade e contexto, Sraffa desnuda relações importantes e inovadoras sobre a estrutura da obra de Ricardo.

Durante as décadas em que atuou neste projeto de editoração Sraffa foi desenvolvendo e trabalhando na sua própria reconstrução da economia política clássica. Esta pesquisa consolidou seu modo de pensar a história do pensamento econômico, sendo, ao mesmo tempo, um exemplo concreto do que considerava ser este tipo de trabalho.

Finalmente, em *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, publicado em 1960, Sraffa expressa a síntese das duas principais vertentes de seu projeto intelectual desde o fim dos anos 1920, a análise crítica da teoria marginalista e a reconstrução da abordagem clássica. Aqui o autor consolida a sua visão de HPE, diferente daquela de Marshall, ao afirmar que o ponto de vista por ele adotado “é o dos antigos economistas clássicos, de Adam Smith a Ricardo, [que] tem estado submerso e esquecido desde o advento do método ‘marginalista’” (SRAFFA, 1997 [1960]: 17). Ou seja, deixa bastante claro que considera haver uma ruptura fundamental entre o pensamento clássico e o neoclássico, que adota o método marginalista.

### III - Uma avaliação crítica a título de conclusão

Tendo apresentado a leitura de HPE de Marshall e Sraffa, a conclusão a que chegamos, diferentemente do que esperávamos, é que ambos os autores usam o mesmo critério norteador para contar a história do pensamento econômico, qual seja, a **teoria do valor**. A expectativa inicial era de que a explicação para as distintas leituras se encontraria na escolha dos critérios, mas ela não se confirmou. Observou-se que a própria construção do critério é essencial para compreender a leitura de cada autor, pois, no nosso caso, a noção de teoria do valor se mostrou diferente entre eles. Revelou-se então que o método de cada autor para a determinação de seus critérios é diverso, passando este então a ser a chave explicativa das distintas leituras.

Não pretendemos aqui dar uma resposta final sobre a questão das distintas leituras da HPE, mas tentaremos, pelo menos, sugerir alguns *insights*. Como revelamos nos parágrafos anteriores, a diferença de método nos surgiu como uma pista a ser seguida. Faz-se então necessária uma pequena exploração deste caminho explicativo.

Tanto Marshall quanto Sraffa acreditavam ser a teoria do valor o esqueleto a partir do qual a ciência econômica toma corpo. Mas Marshall considerava também (e afirma isso textualmente) que a economia devia se ocupar do estudo do aprimoramento da natureza humana, que o progresso da natureza do homem é o núcleo do objetivo maior da investigação econômica. Para ele, a evolução do pensamento em economia caminhava no sentido de dar mais atenção à plasticidade da natureza

humana e ao modo pelo qual o caráter do homem influi nos métodos existentes de produção, distribuição e consumo da riqueza, e é por eles afetado. Marshall argumenta que o tema da natureza humana tornava-se cada vez mais presente na economia e, nesse sentido, sustenta que, em última análise, o mais influente dos sucessores imediatos de Smith foi Bentham, pai do utilitarismo, cuja influência levou ao estudo das tendências da ação do homem.

Como Marshall considerava que o desenvolvimento teórico em economia gravitava em torno da teoria do valor e, ao mesmo tempo, que a investigação econômica devia se ocupar do aprimoramento da natureza humana, nada mais consequente que desenvolver uma teoria do valor de caráter subjetivo, que contemplasse as questões referentes à natureza humana como participantes da determinação do valor.

Sraffa, ao contrário, estava preocupado em estabelecer a teoria do valor em bases não-subjetivas. O desenvolvimento por ele do conceito de “custos reais objetivos (físicos)” em oposição ao de “custos reais subjetivos (baseados na utilidade)” – em que o primeiro significa “os meios necessários para possibilitar a produção” e o segundo “o incentivo requerido para induzir alguém a superar o sacrifício envolvido na produção” – e, posteriormente, da noção de excedente como “excesso do produto sobre o estoque inicial” aponta neste sentido.

O problema maior, como bem observado por Sraffa, é que a teoria do valor como apresentada por Marshall está construída sobre bases irreconciliáveis, pois, para conseguir a simetria logicamente necessária entre suas curvas de oferta e demanda, ele termina por imputar aos economistas clássicos a sua própria noção de custos, como uma soma de esforços e sacrifícios feitos em nome da produção, quando, na verdade, a noção de custos nos clássicos tem um significado completamente diferente, uma denotação objetiva, com base em quantidades físicas, referindo-se à subsistência dos trabalhadores e aos outros meios materiais da produção. Ao fazer isso, Marshall transforma os custos objetivos dos clássicos em nada mais do que a utilidade negativa dos usos alternativos que são abandonados a fim de utilizar os recursos na produção em questão.

Mesmo que Marshall pudesse conciliar o princípio objetivo dos clássicos com o princípio subjetivo dos marginalistas, ainda sim o resultado seria uma teoria baseada em elementos subjetivos. Isso não parecia ser um problema para ele; ao contrário, ia ao encontro de sua definição de economia como um estudo do aprimoramento da natureza do homem. Para Sraffa, no entanto, qualquer elemento de subjetividade remanescente prejudicaria a construção de uma teoria do valor coerente. A utilidade de um lado, e o custo no sentido objetivo clássico de outro, dão origem a teorias do valor alternativas e irreconciliáveis.

Não podemos deixar de ressaltar que Sraffa tem a “vantagem histórica” de ter vindo depois do Marshall, pois é inegável a importância do estudo da obra deste último para o desenvolvimento

intelectual do pensador italiano, bem como para a construção de uma leitura de história do pensamento econômico alternativa.

No que diz respeito às leituras de ruptura ou continuidade na história do pensamento econômico, as visões dos autores aqui apresentados estão inseridas num debate que se desenrola até os dias de hoje na HPE, em especial quanto à sua importância para o desenvolvimento da teoria e quanto à visão de progresso do conhecimento científico, visão esta que ancora fundamentalmente o método de cada autor.

Um ponto de vista sobre o desenvolvimento da ciência é que ele é um processo de agregação de fatos comprovados, teorias e métodos. A esta concepção, Argyrous (1990) denomina “teoria do progresso científico GOK” (do inglês “growth of knowledge”). Tal visão tem sido objeto de críticas dentro da filosofia da ciência, mas continua a ser uma percepção comum da história do pensamento econômico.

(...) GOK tornou-se a teoria de desenvolvimento científico predominante em economia, parcialmente por meio da autoridade de Marshall (embora tenha sido um pouco abalada desde a publicação da edição de Sraffa do *Works and correspondence* de Ricardo, que parece ter despertado o debate [sobre o grau de continuidade que existe entre Marshall e os economistas clássicos] (ARGYROUS, 1990: 530, tradução livre)

A visão sobre o desenvolvimento da ciência que Argyrous chama de GOK é a que parece estar subjacente à leitura da história do pensamento econômico trazida por Marshall, a que aqui nos referimos como “tradicional”. De acordo com esta visão, o desenvolvimento da ciência é uma marcha em direção à “verdade científica”. O melhor do passado é mantido, enquanto visões errôneas e falácias são descartadas no processo de refinamento e revisão. As formulações anteriores são corrigidas e afiadas com o auxílio de técnicas novas e melhores.

Não podemos deixar de notar que esta é uma concepção “importada” das *hard sciences* e que o positivismo imperava nos círculos que discutiam filosofia da ciência. Não é segredo para ninguém que Marshall e seus contemporâneos pretendiam elevar o status científico da economia, e supor que seu progresso funcione da mesma forma que nas ciências duras parece contribuir para isso. Outra forma de elevar o prestígio da economia e que tem a ver com esta noção de desenvolvimento da ciência é a extensão da aplicação dos métodos matemáticos.

Marshall pretendia, com o embasamento matemático, aproximar a Economia, ou pelo menos parte dela, do rigor e exatidão das ciências experimentais, tentando, inclusive, atrair para o seu estudo alunos com formação em Matemática ou Física, o que jamais conseguiu porque eles continuavam a provir das chamadas disciplinas “literárias”. No entanto, estava perfeitamente consciente de que “a Economia não se pode comparar com as ciências físicas exatas, pois que ela se

relaciona com as forças sutis e sempre mutáveis da natureza humana” (MARSHALL apud STRAUCH, 1996: 42)

Uma consequência importante da adoção da visão GOK, aponta Argyrous (1990), é que ela implica imputar aos teóricos anteriores, quer consciente ou inconscientemente, as mesmas noções do estágio corrente da teoria. Marshall argumentou que a teoria marginalista era uma verdade científica. Por conseguinte, os princípios associadas a esta teoria já estariam contidos em todas as análises sérias de valor e de distribuição que precederam a teoria corrente. Daí decorre que Smith, Ricardo e seus seguidores devem ter visto os mesmos processos que Marshall identifica nos *Princípios*. Se os economistas clássicos tinham falhado em detalhar estes processos de forma clara, as razões para esse “fracasso” encontrariam-se em circunstâncias históricas particulares ou em peculiaridades pessoais do teórico individual, e não em diferenças fundamentais.

Algumas passagens dos *Princípios*, já citadas, clarificam o argumento apresentado acima, como:

(...) ele [Smith] foi o primeiro a realizar uma investigação meticulosa e científica sobre a maneira pela qual **o valor mede as motivações da ação humana**, medindo, de um lado, o desejo dos compradores de obterem bens, e, de outro, os esforços e sacrifícios (ou “Custo Real de Produção”) dos que os produziram. (MARSHALL, 1985 [1890]: 337, grifos nossos)

Concluimos então que a doutrina de que a renda não entra no custo de produção aplica-se somente à agricultura quando cuidadosamente limitada, e se Ricardo tivesse estudado as suas limitações com mais cuidado, **ele provavelmente teria visto** que não ficou nenhuma razão para restringir o seu âmbito à agricultura. (MARSHALL apud ARGYROUS, 1990: 533, grifos nossos, tradução livre)

(...) o hábito de Ricardo de insistir desproporcionalmente no lado dos custos de produção ao analisar as causas que determinam o valor de troca causou prejuízo. Pois, embora ele e seus seguidores principais **estivessem cientes de que as condições de demanda tinham um papel tão importante quanto o das condições de oferta na determinação do valor, eles não expressaram seu significado com clareza suficiente**. (MARSHALL apud ARGYROUS, 1990: 534, grifos nossos, tradução livre)

A possibilidade de que Smith e Ricardo pudessem estar trabalhando dentro de uma abordagem teórica distinta aparentemente não ocorreu a Marshall.

A teoria do conhecimento subjacente à leitura da história do pensamento econômico de Marshall supõe um progresso teórico contínuo, mas isso não significa que não possa haver conflitos pelo caminho – como seria o caso de Jevons sugerindo o completo abandono da teoria clássica –, apenas que estes desvios serão prontamente superados – caso da atitude conciliadora de Marshall.

O papel da obra de Marshall e seu legado para a HPE pode ser percebido em um dos mais extensos e detalhados trabalhos sobre o pensamento em economia: a *História da Análise Econômica*, de Joseph Schumpeter. Tal trabalho traz a marca da visão de progresso teórico

contínuo, no entanto não abre para a síntese conciliadora de Marshall, mas para uma espécie de “destruição criadora” também na história do pensamento.

A concepção de Schumpeter em seu *História da Análise Econômica*, de acordo com a qual o trabalho de história do pensamento econômico não é parte do corpo de desenvolvimento teórico da ciência, certamente também contribuiu muito para a consolidação da visão tradicional e dominante de HPE.

Na compreensão de Schumpeter (1954), a *história da análise econômica* se refere à história da “evolução” dos modelos analíticos de base para a teoria econômica; a *história dos sistemas de economia política* considera a sequencia temporal dos conjuntos de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores; e finalmente a *história do pensamento econômico* seria a soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental, que correm pelo espírito público em determinado tempo e espaço. A sua perspectiva sustenta que a *história da análise econômica* concentra o que é fundamental para o estudo da história da teoria, na medida em que é um recorte “limpo” das influências “ideológicas” presentes nas outras duas partes.<sup>16</sup>

Ao afirmar que a *história do pensamento econômico* é marcada por aspectos políticos e ideológicos e que é a *história da análise econômica* que retém o que é importante para a teoria, Schumpeter contribui para a consolidação da visão que enxerga a ciência como um produto definitivo, livre de intervenções metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor. A história do pensamento é vista como mero exercício de satisfazer a curiosidade de eruditos sobre o passado, já que todas as contribuições relevantes dos pensadores clássicos estariam incorporadas no estado atual da teoria. Esta noção de melhoria contínua do conhecimento termina por relegar à HPE o papel de algo desnecessário do ponto de vista estrito do progresso da ciência. (TOLIPAN, 1982).

De outro lado, temos uma concepção de que o desenvolvimento da teoria nem sempre caminha num sentido de progresso, de melhoria. E é exatamente por isso que é sempre importante voltar ao passado quando se está fazendo teoria.

A abordagem que confere à HPE um papel fundamental como parte integrante do desenvolvimento teórico concebe que estudar o pensamento econômico tem como função compreender as formulações teóricas anteriores com o objetivo de identificar seus limites, fazer a crítica e desenvolver sua própria teoria neste processo de estudo. As tarefas de estudar os pensadores anteriores e construir seu próprio sistema de pensamento são inseparáveis. Esta é a

---

<sup>16</sup> Ver Schumpeter, 1954, p. 23, 64 e 65.

concepção de Marx em *Teorias da Mais-Valia* e que certamente influenciou Sraffa em sua leitura da história do pensamento econômico.

A pretensão de separar debates em história do pensamento de debates teóricos é inócua e “(...) envolve o risco de nos impossibilitar de estabelecer um fio condutor racional separando ou conectando os autores do passado, seguidamente nos limitando a uma história anedótica e a uma inconclusiva barragem de citações” (RONCAGLIA apud COUTINHO, 1993)

O que os historiadores do pensamento fazem é refletir sobre a produção teórica a eles anterior e, ao fazê-lo, imprimem noções características de sua própria visão teórica, subjacente à forma de acordo com a qual a história é contada e, desse modo, influenciam a produção teórica a eles posterior. A exposição positiva da teoria de um autor é o produto crítico da leitura de seus predecessores e vice-versa.

Entende-se, nesta perspectiva, que fazer HPE não é apenas recontar o que disse cada autor – para isso bastaria lê-los – mas identificar por que motivos o fazem de tal forma. Compreende-se a HPE, portanto, como inerente à teorização em economia.

A visão de que o desenvolvimento da teoria nem sempre caminha num sentido de progresso contínuo entende o conhecimento social em geral, e a ciência econômica em particular, como um produto da realidade histórico-material. Nesse sentido, revisitar a história do pensamento é sempre útil, pois permite recuperar elementos importantes para a explicação dos fenômenos que, por um motivo ou outro, sejam eles essencialmente teóricos ou não, perderam-se ao longo do tempo. Assim, no que diz respeito ao progresso do conhecimento, o pensamento com inspiração em Marx marca o entendimento da HPE com uma noção de que a ciência avança não apenas por rupturas ou continuidades **analíticas**, mas também por disputas em outros espaços.

De acordo com Krishna Bharadwaj, Sraffa tinha consciência de que as explicações para as mudanças nas teorias vigentes, particularmente em economia, poderiam não se basear apenas na força lógica e analítica da própria teoria, mas também nas variações das condições sócio-históricas que levam à alimentação de certas visões com respeito ao funcionamento da sociedade. (BHARADWAJ apud MALTA, 2011: 2)

Schumpeter, ao contrário, não parece compartilhar dessa noção ao afirmar que o trabalho da geração presente preserva do que foi executado pela geração precedente tudo quanto é ainda suscetível de uso. Conceitos, métodos e resultados que não permaneceram por este modo, presumivelmente não terão grande interesse. (SCHUMPETER, 1954: 24)

Inúmeras críticas externas poderiam ser feitas (e foram feitas) à teoria neoclássica, como, por exemplo, críticas aos seus pressupostos. No entanto, Sraffa e outros economistas vêm fazendo importantes e consistentes críticas internas a essa teoria desde a década de 1920 e é espantoso

como, apesar do desmonte de sua lógica interna, ela continue sendo a teoria dominante (*mainstream*) nos mais vastos cantos do mundo quase um século depois. Isso nos leva a crer, com poucas dúvidas restando em favor do contrário, que uma crítica analítica exitosa nem sempre é suficiente para derrubar uma teoria.

A questão é que todo conhecimento ou interpretação da realidade social está associado, direta ou indiretamente, a uma visão social de mundo<sup>17</sup>, a um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza, ou seja, a uma perspectiva que é histórica e socialmente condicionada. Isso não significa que, ao produzir teorias, os homens estão deliberadamente imprimindo uma tentativa de defesa de certos interesses – embora alguns o façam –, mas apenas que os homens estão limitados por sua própria perspectiva.

Neste sentido, para estudar o pensamento econômico é preciso encará-lo como resultado da observação da realidade histórica e da visão de mundo sob a qual esta observação se realiza. Sendo assim, não se pode operar com uma distinção entre economia como análise pura e economia como visão dos processos sociais da base material, sendo a primeira uma análise isenta e a segunda aquela em que entram inevitavelmente tendências e matizes ideológicos, tal como Schumpeter (1954) defende.

Conforme afirma Maurice Dobb, tal distinção não pode ser sustentada porque a teoria econômica, na medida em que se apresente como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade, não pode deixar de incorporar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social de mundo em sua formulação e no próprio ato de julgamento do seu grau de realismo. (DOBB apud MALTA e CASTELO, 2010: 6).

Mesmo a noção weberiana de que não é possível se livrar de juízos de valor na escolha do objeto de estudo, mas uma vez que ele esteja definido, torna-se possível fazê-lo, nos parece ingênua, pois o tipo de resposta possível já é largamente predeterminado pela própria formulação da pergunta.

Na realidade, a problemática de uma investigação científico-social não é somente um corte do objeto: ela define certo campo de visibilidade (e de não visibilidade), impõe uma certa forma de conceber este objeto, e circunscreve os limites de variação das respostas possíveis. A carga valorativa ou ideológica da problemática repercute, portanto, necessariamente sobre o conjunto da

---

<sup>17</sup> Löwy prefere trabalhar com o conceito de “visão social de mundo”, que não contém nenhuma implicação pejorativa e nenhuma ambigüidade conceitual (ao contrário do conceito de “ideologia”). O que ele designa não é, por si só, nem verdadeiro nem falso, nem idealista nem materialista, nem conservador nem revolucionário, mas circunscreve um todo orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada.



pesquisa e é normal que isso seja questionado pelos cientistas que não partilham estes valores ou pressuposições: eles se recusam, com razão, a partir de seu ponto de vista, a se situar sobre um terreno minado e aceitar um campo teórico que lhes parece falso de antemão. (LÖWY, 2009 [1987]: 49)

Isso significa que os elementos escolhidos para explicar um determinado fenômeno determinam, de antemão, os resultados possíveis da investigação. Além disso, a conclusão anterior implica que o conhecimento social estará constantemente em disputa, a menos da existência de um consenso sobre os aspectos essenciais do fenômeno que se está estudando. Sendo a realidade social essencialmente permeada por contradições, esse consenso dificilmente será alcançado, e a escolha dos aspectos essenciais, portanto, não pode ser neutra.

Uma teoria não é produzida no vácuo. O pensamento é produto do homem, e aquilo que afeta o último, afeta o primeiro. E, sendo o homem produto do meio social, assim é seu pensamento. Mesmo que exista um mundo puro das ideias, sem influências políticas, ideológicas e sociais de qualquer natureza, não é nele que se estabelecem as relações entre os homens, a vida material propriamente dita. Portanto, cabe tentar entender as ideias no mundo em que elas se expressam, no mundo em que sua força possa exercer uma real transformação.

## Referências Bibliográficas

- ARGYROUS, George. The growth of knowledge and economic science: Marshall's interpretation of the classical economists. **History of Political Economy**, vol. 22, nº 3, pp. 529-537, 1990.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Hucitec. 1993.
- DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 [1963].
- GAREGNANI, Pierangelo. On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920s. **The European Journal of the History of Economic Thought**, 12:3, pp. 453-492, September, 2005.
- KEYNES, John Maynard. Alfred Marshall, 1842-1924. **The Economic Journal**, vol. 34, nº 135, pp. 311-372, September, 1924.
- \_\_\_\_\_. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1982 [1936].
- LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2009 [1987].
- MALTA, Maria Mello de. **A Teoria da Acumulação de James Steuart**: Controvérsias no contexto da Economia Política Clássica. Tese (Doutorado em Economia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- \_\_\_\_\_. Um comunista italiano na *Marshall Library*: a propósito de Piero Sraffa. **XXXIX Encontro Nacional de Economia**. ANPEC, Foz do Iguaçu, dezembro, 2011.
- \_\_\_\_\_. (org.) **Ecos do Desenvolvimento**: Uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA e Centro Celso Furtado, 2011.
- MALTA, Maria Mello de; CASTELO, Rodrigo. **Marx e a História do Pensamento Econômico**: Um debate sobre método e ideologia. Seminário de Pesquisa IE/UFRJ, 2010.

- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. Vol. II. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1890].
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].
- \_\_\_\_\_. **Teorias da Mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. 1905.
- MATTOS, Laura Valladão. Alfred Marshall, O Capitalismo e Mudança Social. **XXXVIII Encontro Nacional de Economia**. ANPEC, Salvador, dezembro, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Marshall e os críticos à economia política clássica. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 271-292, abril-junho, 2010b.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1817].
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **História da Análise Econômica**. Vol. I. Rio de Janeiro: Usaid, 1964 [1954].
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1776].
- SRAFFA, Piero. As leis dos rendimentos sob condições de concorrência. **Literatura Econômica**, vol. 4, nº 1, pp.13-34. IPEA, 1982 [1926].
- \_\_\_\_\_. Introductions. In: RICARDO, David. **The Works and Correspondence of David Ricardo** (ed. Piero Sraffa with the collaboration of Maurice Dobb). 11 vols. Indianapolis: Liberty Fund, 2005 [1951-1954].
- \_\_\_\_\_. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Nova Cultural, 1997 [1960].
- STRAUCH, Ottolmy. Introdução. Em: MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**: Tratado Introdutório. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1890].
- TOLIPAN, Ricardo. Resenha Bibliográfica – Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico, de Claudio Napoleoni. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 9(3), pp. 899-904, dezembro, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A necessidade da história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, texto para discussão nº 3, 1982.
- TOLIPAN, Ricardo e GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Uma Nota Introdutória ao Artigo “As leis dos rendimentos sob condições de concorrência”, de Piero Sraffa. Em: **Literatura Econômica**, Vol. 4, nº1, pp. 5-12. IPEA, 1982.